

O BRAILE NA EDUCAÇÃO THE BRAILLE IN EDUCATION

Anna Paula Lopes Silva¹
Bárbara Andrade Santos²
Sônia Regina Basili Amoroso³

RESUMO

Pensar a inclusão não significa pensar em algo fácil, pois lidar com a deficiência não é simples e tampouco comum, e para muitos requer esforço e informação nem sempre acessíveis, mas, seguramente, se bem informados, passa-se a aceitá-la e integrá-la em nosso convívio naturalmente, possibilitando que os indivíduos, em situação de deficiência, possam se desenvolver com autonomia. A presente pesquisa tem caráter qualitativo e buscou aproximar-se do fenômeno em questão, visando, como objetivo geral, analisar quais são os prováveis fatores que interferem no processo de inclusão das pessoas com deficiência visual nos meios escolar e social. Para isso, utilizou-se de questionários aplicados a três indivíduos deficientes visuais e três docentes que atuam com estas pessoas. Como conclusão, foi possível compreender que houve avanços, muitos estão de fato imbuídos de desempenhar suas funções de forma eficiente, oferecendo subsídio ao desenvolvimento, e ter uma gradativa inserção do deficiente em nossa sociedade, porém, ainda encontram obstáculos da ordem do acesso à formação e, principalmente, quanto aos materiais de apoio. Pelo menos se observa que há mais profissionais tentando desenvolver um trabalho sério e comprometido com a inclusão.

Palavras-Chave: Educação; Deficiente Visual; Inclusão.

ABSTRACT

Think the inclusion does not mean thinking something easy, is dealing with the disability is not simple nor common and many require effort and information accessible, but not always, especially if well informed nothing but accept it and integrate it in our living naturally, allowing individuals in situation of disability can develop with autonomy. This research is qualitative character and sought to approach the phenomenon in question aimed at as general objective to analyze what are the likely factors that interfere in the process of inclusion of people with visual impairment in school and social media. To that used questionnaires applied to three visually impaired individuals and three teachers who work with visually impaired people. As a conclusion it was possible to understand that there were advances, many are in fact imbued with play their roles efficiently and offering development allowance and make the gradual insertion of the disabled in our society, however still find obstacles the order of access to training, and especially as regards support materials. At least if there are more notes professionals trying to develop a serious work and committed to inclusion.

Key Words: Education; Visually Impaired; Inclusion.

Contato: nip@unicesp.edu.br

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – 8º Semestre

² Acadêmica do Curso de Pedagogia – 8º Semestre

³ Professora Mestre do Curso de Pedagogia

INTRODUÇÃO

As acentuadas transformações sociais por que tem passado o cenário educacional brasileiro nos apontam que a escola deixou de ser um espaço restrito. Atualmente tem sido ampliada a visão de sua assertividade, com a gradativa oferta de vagas a todas as crianças e, com isso, alcançando a implementação de turmas de inclusão, em que se busca inserir crianças com diferentes deficiências nas escolas regulares, nas turmas de inclusão, vislumbrando oferecer-lhes principalmente socialização e acessibilidade.

O tema “O Braille na Educação” foi escolhido por se acreditar na necessidade de promover discussões e trazer informações atuais para atores do cenário educacional, a fim de atualizar os conhecimentos de interessados do meio educacional, sobre a inserção de pessoas com deficiências visuais na sociedade.

Acredita-se que tais discussões oportunizem compreender melhor como ocorre a integração das crianças, adolescentes e adultos no meio educacional regular e que, a partir deste ponto, possam sentir-se pertencentes à sua comunidade, desenvolver autonomia, construir relações interpessoais com os demais, além de desenvolver suas capacidades cognitivas, físico-motoras e afetivas.

Portanto, a escola, como agente de transformação social, possui participação e responsabilidade na construção do desenvolvimento destas pessoas, principalmente, no que tange a relação do indivíduo na sociedade, ocupando-se de sua formação da infância até a idade adulta, permitindo-lhe conviver com outras pessoas, construindo assim, sua inclusão social.

Porém, para isso acontecer, é necessária a participação de toda a comunidade educacional (pais, alunos, educadores, especialistas, etc.), tanto no meio escolar como no social, além de políticas que sejam de fato pensadas de forma adequada e pontualmente prevendo e suprindo necessidades destas pessoas, das mais básicas e às mais complexas.

A participação social abre caminhos para a elaboração de políticas públicas, buscando a participação de todos, de forma que possam opinar e auxiliar no processo de inclusão. Pois, para que a participação se efetive, são necessárias mais do que leis, mas, sobretudo, ações. Isto porque, quando convivemos com algo novo,

esse novo pode nos tornar inseguros e causar em nós incapacidade de aceitar ou lidar.

Pensar a inclusão não significa pensar em algo fácil, pois lidar com a deficiência não é comum e para muitos requer esforço e informação. Mas, seguramente, se bem informados, a aceitação e integração decorrerá do convívio natural e respeitoso, possibilitando o desenvolvimento e autonomia da pessoa com deficiência visual.

Ainda que não exista apenas um caminho de desenvolvimento para os deficientes visuais, algumas condições são importantes para melhorar e/ou viabilizar suas condições de aprendizagem. Em casos de baixa visão, recursos ópticos podem ser utilizados para maximizar o resíduo visual. O mesmo não ocorre com a pessoa cega (NUNES e LOMÔNACO, 2010, p. 56).

Assim, concebe-se que será essencial fazer com que a criança deficiente visual tenha garantida a acessibilidade, pois assim, tornar-se-á desafiada a atingir qualquer criança com desenvolvimento típico. Para tanto, como salienta os autores acima em destaque, é necessário “fazer com que a informação visual chegue até ela por outras formas. Para tal, outros canais sensoriais devem ser utilizados como o tato e a audição” (NUNES e LOMÔNACO, 2010, p. 56). Uma vez que se saiba que, na ausência de uma das capacidades perceptuais, aguçam-se outras e faz-se oportuno auxiliar na sua utilização, como meio de dar acesso ao mundo letrado e, por conseguinte, ao universo social.

Assim sendo, a presente pesquisa buscou aproximar-se do fenômeno em questão visando analisar quais são os prováveis fatores que interferem no processo de inclusão das pessoas com deficiência visual nos meios escolar e social.

E como objetivos específicos, buscou-se identificar as principais dificuldades encontradas pelos deficientes visuais no processo de inclusão e aprendizagem; apresentar os tipos de deficiências visuais e/ou cegueiras; identificar as condições de acessibilidade na escola regular em atendimento ao Atendimento Educacional Especializado para os deficientes; apresentar a utilização do código Braille para a escrita e leitura das pessoas cegas e/ou com alguma deficiência visual, e discutir a importância da inserção do método Braille na formação docente.

A DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL

Costa (2009) conceitua que “o sistema Braille é um processo de escrita e leitura baseado em 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada” (p. 01).

Para sua utilização, a autora relata a possibilidade de lançar mão de diferentes representações, sugerindo letras, algarismos e sinais de pontuação, e que este sistema atende, não apenas por pessoas cegas, mas também, a sujeitos com baixa visão. A leitura é feita da esquerda para a direita e a pessoa pode utilizar as duas mãos ao mesmo tempo.

Costa (2009) destaca que a criação do sistema Braille é de autoria do francês Louis Braille (1809 - 1852), que perdeu a visão aos 3 anos em um acidente, causado por uma ferramenta, que perfurou seu olho.

Após o acidente, ele ainda teve que vivenciar uma infecção grave, que o findou à cegueira nos dois olhos e impeliu a construir algo que o ajudasse no processo de leitura. Assim, aos 16 anos, ele criou o sistema Braille.

O acidente contribuiu de modo positivo e acentuado com o desenvolvimento dos deficientes visuais, que até então, não tinham um sistema apropriado para o auxílio na leitura e escrita.

No Brasil, Costa (2009) afirma que o sistema Braille chegou em 1854, data da inauguração do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, chamado à época, Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Fundado por D. Pedro II, o instituto já tinha como missão a educação e profissionalização das pessoas com deficiência visual.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a adotar o sistema, trazido por José Álvares de Azevedo, jovem cego que teve contato com o Braille em Paris conta a pedagoga Maria Cristina Nassif, especialista no ensino para deficiente visual da Fundação Dorina Nowill (COSTA, 2009, p. 01).

O código Braille, segundo a autora, não teria sido a primeira iniciativa de apoio à leitura dos cegos, haja vista que já havia outros métodos que utilizavam inscrições em alto-relevo como método de leitura, normalmente feito por meio de letras costuradas em papel, algo pouco prático e trabalhoso.

Quatro anos antes de criar seu método, Louis Braille teve contato com um

capitão da artilharia francesa, que havia desenvolvido um sistema de escrita noturna, para facilitar a comunicação secreta entre soldados, já utilizando pontos em relevo. Braille simplificou e aprimorou este trabalho, permitindo que o sistema fosse também utilizado para números e símbolos musicais” (COSTA, 2009, p. 01).

Afirma a autora que o Braille hoje se encontra bastante difundido no Brasil e no mundo todo, pois, em conformidade com a pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", realizada em 2008, pelo Instituto Pró-Livro, pode-se afirmar que atualmente cerca de 400 mil pessoas leem o Braille no Brasil.

Costa (2009) diz que, por meio de dados obtidos no Instituto Dorina Nowill, ainda não se tem noção exata do quantitativo de alunos leitores em Braille, em comparação com o quantitativo total de deficientes visuais no país. “Isto porque o censo do ano 2000, realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aponta que há 169 mil pessoas cegas e 2,5 milhões com baixa visão” (COSTA, 2009, p. 01).

No entanto, a autora afirma que “este último grupo é muito heterogêneo - há aqueles que enxergam apenas 1% e, portanto, poderiam ler apenas em Braille, como pessoas que enxergam 30% e podem utilizar livros com letras maiores” (COSTA, 2009, p. 01).

Costa (2009) destaca que o principal problema do Braille ainda é a falta de informação. Talvez porque a deficiência de qualquer tipo que seja sempre comporta muito estigma e preconceito. A autora “acredita que muitos professores acham que é simples ensinar o Braille a um aluno cego. Porém, a alfabetização com esse sistema tem suas especificidades” COSTA, 2009, p.01).

A Fundação Dorina Nowill sustenta que, do total da população brasileira, 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência. Dentre as deficiências declaradas, a mais comum foi a visual, atingindo 3,5% da população. Em seguida, ficaram problemas motores (2,3%), intelectuais (1,4%) e auditivos (1,1%). (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2015).

Atualmente, institutos como o Benjamin Constant e o Dorina Nowill, além de muitos outros pelo país, oferecem programas de capacitação em Braille e dispõem de vasto material sobre o assunto.

Segundo a Fundação Dorina Nowil, deficiência visual é definida como a perda

total ou parcial, congênita ou adquirida da visão. O nível de acuidade visual pode variar, o que determina dois grupos de deficiência:

Cegueira: perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, o que leva a pessoa a necessitar do sistema Braille como meio de leitura e escrita.

Baixa visão ou visão subnormal: apresenta 30% ou menos de visão no melhor olho, após todos os procedimentos clínicos, cirúrgicos e correção com óculos. Apresentam dificuldades no cotidiano em ver detalhes. Por exemplo, veem as pessoas, mas não lhe reconhecem a feição; as crianças enxergam o quadro na sala de aula, porém não identificam as palavras; no ponto de ônibus não reconhecem os seus letreiros, etc. As pessoas com baixa visão podem ler textos impressos ampliadas ou com uso de recursos óticos especiais.

A Fundação complementa ainda que, a situação de colocar o deficiente em desvantagem, torna-o vitimizado, senão excluído, uma vez que se a ele for garantido acesso, poderá ser alguém integrado como qualquer outro, e que a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem, que se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas deficientes.

Ao longo dos anos, os termos que definem a deficiência foram sendo paulatinamente adequados ao que era requerido da própria ciência à sociedade vigente. Na atualidade, não mais se concebe que as pessoas utilizem inadequadamente a terminologia. O termo faz parte do texto aprovado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da ONU, em 2006, e ratificada no Brasil em julho de 2008.

De acordo com dados da Fundação Dorina Nowill para Cegos, em 1980, a Organização Mundial da Saúde - OMS publicou um sistema de classificação de deficiências, visando a criação de uma linguagem comum para a pesquisa e a prática clínica, intitulado na tradução portuguesa de 1989, como Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens - CIDID, publicada em inglês, em 1993:

Deficiência (Impairment): É qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Representa a exteriorização de

um estado patológico e em princípio, reflete distúrbios no nível do órgão.

Incapacidade (Disability): É qualquer restrição ou falta de habilidade (resultante de uma deficiência), para realizar uma atividade na forma considerada normal para um ser humano. Representa a objetivação de uma deficiência e como tal, reflete distúrbios na pessoa.

Desvantagem (Handicap): Derivada de uma incapacidade ou deficiência, limita ou previne o cumprimento de um papel que é normal para esse indivíduo (dependendo da idade, do sexo e de fatores socioculturais). Caracteriza-se por uma discordância entre o desempenho ou condição individual e a expectativa do próprio indivíduo ou do grupo do qual é membro (DORINA NOWILL, 2015, s/n).

Segundo dados do IBGE de 2010, no Brasil mais de 6,5 milhões de pessoas têm alguma deficiência visual. Desse total, 528.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos) e 6.056.654 possuem grande dificuldade permanente de enxergar (baixa visão ou visão subnormal) (IBGE, 2010).

Outras 29 milhões de pessoas declararam possuir dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes (IBGE, 2010).

A Organização Mundial da Saúde - OMS aponta que se houvesse um número maior de ações efetivas de prevenção e/ou tratamento, 80% dos casos de cegueira poderiam ser evitados e que cerca de 40 a 45 milhões de pessoas no mundo são cegas; os outros 135 milhões, sofrem limitações severas de visão.

Nos adultos, as principais causas de cegueira são glaucoma, retinopatia diabética, atrofia do nervo ótico, retinose pigmentar e degeneração macular relacionada à idade (DMRI). Nas crianças são o glaucoma congênito, a retinopatia da prematuridade e a toxoplasmose ocular congênita.

A importância da consulta oftalmológica é a melhor prevenção à deficiência visual, alerta a Fundação Dorina Nowill para Cegos. A avaliação oftalmológica permite a detecção de problemas visuais, o diagnóstico e a indicação do tratamento adequado para a garantia da saúde ocular.

A ortoptista - especialista no tratamento de distúrbios visuais -, Eliana Cunha Lima (Apud FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2015), afirma que a prevenção parte de uma melhoria nas condições de vida da população, o que resulta em uma melhor saúde em geral, inclusive a ocular. Para evitar a cegueira na infância, é importante a vacinação de mulheres adultas, na prevenção de doenças congênitas às crianças, como rubéola, sarampo, toxoplasmose. Já o adulto deve fazer o acompanhamento

regular de doenças metabólicas e preexistentes, como pressão alta e diabetes, que também causam cegueira.

A especialista ressalta também que um serviço especializado, na área de reabilitação, de educação especial ou de clínica de visão subnormal, oferece à pessoa deficiente visual, de todas as faixas etárias, tratamento adequado às suas necessidades, proporcionando condições para um desenvolvimento pleno, de acordo com seu potencial individual e situação social, educacional e econômica, visando a sua inclusão social.

Atualmente, é bem comum encontrar pessoas deficientes exercendo atividades em diversas áreas e facilmente se percebe que a presença de uma deficiência não é impedimento para exercer muitas funções. Todavia, não existe vaga especialmente indicada para a pessoa com deficiência visual ou cegueira. Assim como para qualquer outro candidato, o critério de seleção baseia-se nas competências e no perfil profissional de cada indivíduo, uma vez que o trabalho faz parte da vida e não é diferente para as pessoas com deficiência visual (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2015). Cabe ressaltar que a Lei nº 8.213, desde 1991, já determinava a criação de cotas para pessoas com deficiência, e a empresa com 100 ou mais funcionários estava obrigada a preencher de dois a cinco por cento (2% a 5%) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas deficientes.

Historicamente, essas pessoas sempre foram marginalizadas, mas recentemente, por meio do acesso ao trabalho, busca-se a diminuição da exclusão social, aumentando também, a sua participação política, o crescimento da autoestima, autonomia e independência como cidadão.

A LEGISLAÇÃO

A legislação que atualmente vigora em nosso país sobre o atendimento aos deficientes visuais, visa oferecer todo um suporte às pessoas com deficiências, sendo que podemos destacar como as mais importantes a Constituição Federal (1988), a Declaração de Salamanca (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394 de 1996.

A Constituição Federal de 1988 lançou os princípios inclusivos na educação brasileira e os tornou oficiais por meio do Art. 277 que prevê que a “educação dos

portadores de deficiência deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL apud LEITÃO E FERNANDES, 2011).

Para Leitão e Fernandes (2011), o que contribuiu significativamente para o processo de inclusão de pessoas com deficiências na sociedade e conseqüentemente nos âmbitos educacionais foi a Declaração de Salamanca, que foi discutida em 1990 e abriu a visão para a inclusão. O documento constituiu um marco importante para as pessoas com deficiências, pois reafirma, em nível internacional, o compromisso de educação para todos, tornando-se o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva (MENDES, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, regulando o previsto na Constituição Federal, oferece um capítulo específico para a Educação Especial, o capítulo V. A Educação Especial é definida como uma modalidade escolar a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino às pessoas com necessidades educacionais especiais. A concepção da legislação pretende transversalizar da educação infantil à educação superior, instando os sistemas de ensino a oferecerem um conjunto de recursos e estratégias educacionais e de apoio, juntamente diferentes com alternativas de atendimento a todos os alunos.

Em 1999, o Decreto de número 3298 regulamentou a Lei 7853/89 e definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Estabeleceu as bases para as principais normas de acessibilidade para deficientes. O tema foi retomado pelo Decreto-Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e elevado à categoria de Lei de Acessibilidade que estipula prazos e regulamenta o atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência, abordando desde projetos de cunho arquitetônico e urbanístico, de comunicação e informação, de transporte coletivo de atendimento, às necessidades educacionais especiais até a execução de qualquer tipo de obra com destinação pública ou coletiva. Há um conjunto de normas que norteiam a implementação das mudanças ambientais, de forma a eliminar as barreiras arquitetônicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050, de setembro de 1994 (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2015).

É nesse contexto que surge a Tecnologia Assistiva, termo utilizado para identificar recursos e serviços na contribuição de proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover uma vida independente a elas. Os recursos são todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas deficientes. Os serviços são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos especificados e são prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de Tecnologia Assistiva. Normalmente são serviços transdisciplinares, envolvendo profissionais de diversas áreas que integram a Tecnologia Assistiva (também designadas "ajudas técnicas", "tecnologia de apoio", "tecnologia adaptativa" ou "adaptações").

Os recursos podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado e incluem brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que proporcionam acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e diversos itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

O código Braille também é considerado um importante recurso para escrita e leitura e além dele são utilizados a Reglete e a máquina de escrever Perkins, o Sorobã - conhecido como ábaco japonês, para cálculos matemáticos e o Assinador, que é um guia em que o cego escreve o próprio nome ou assina cheque em letra cursiva.

Complementando o dispositivo, a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005 regulamentou o direito de a pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia, ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo.

De todo modo, o principal evento recorrente à inclusão de alunos especiais no ensino regular, entretanto, foi a educação inclusiva. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica estabeleceu parâmetros para a organização

dos serviços de educação especial numa perspectiva inclusiva (BRASIL, 2001) seguindo os pressupostos da Declaração de Salamanca. Um conjunto de dispositivos legais foi providenciado para assegurar o processo de inclusão.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NA ESCOLA REGULAR

Encontram-se descritos em CIBEC/ MEC (2010) que as escolas regulares devem facilitar o acesso aos computadores que sejam equipados com programas de síntese de voz, lupas eletrônicas e outros recursos de acessibilidade, que facilite a inclusão do aluno cego e do aluno com baixa visão nas escolas regulares.

O professor e o profissional do Atendimento Educacional Especializado - AEE devem orientar e ajudar os alunos que possuem baixa visão ou cegueira, inseridos no ensino regular. O aluno cego deverá se apropriar do sistema Braille, utilizar a exploração tátil e ser capaz de fazer representações mentais.

No contexto escolar, alguns suportes têm o objetivo de proporcionar atividades e avaliações de aprendizagem que ajudam no desenvolvimento de alunos com deficiência visual e/ou baixa visão dentre os quais encontram-se a avaliação funcional, os recursos pedagógicos acessíveis, a orientação e mobilidade, a identificação do aluno (cego, e/ou baixa visão) e o plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE (CIBEC/ MEC, 2010)

A seleção e uso de suportes baseiam-se na observação e na análise qualitativa de fatores de interação entre a visão e percepção que oferecem elementos para se definir as estratégias e adaptações das condições e dos materiais a serem disponibilizadas ao aluno cego ou de visão deficiente na avaliação funcional. Alguns recursos pedagógicos usados como suporte são feitos em sala de aula, geralmente, com baixo custo financeiro e possibilitam ao aluno deficiente visual utilizar seu esquema tátil, principalmente as mãos (CIBEC/ MEC, 2010). Os professores podem confeccionar estes recursos e customizá-los com vários materiais, tais como barbantes, algodões, cartolinas e materiais impressos em alto relevo, o que facilita o uso do aluno.

Além dos suportes, a escola, para promover a inclusão dessas pessoas, necessita dar a devida atenção à orientação e à mobilidade que visam melhorar a

autoconfiança do aluno, além de trabalhar sua autoestima em sala de aula e fora dela.

A orientação espaço-temporal é a capacidade de percepção e localização do aluno em relação ao ambiente o qual está inserido. A mobilidade é a capacidade de locomoção e deslocamento de um local para outro, por exemplo, da sala de aula para biblioteca, e/ou da escola para casa (CIBEC/ MEC, 2010).

O planejamento escolar - Plano de Atendimento Educacional Especializado – AEE - é o primeiro elemento de uma cadeia de muitos outros que assegurarão a inclusão da pessoa com deficiência visual na escola e como tal deve ser flexível e evidenciar o processo de seu desenvolvimento aos profissionais e familiares do educando (CIBEC/ MEC, 2010). São elaborados objetivos, estratégias e recursos materiais a serem trabalhados com o aluno em sala, periodicamente, analisando o seu progresso durante e depois desse processo.

O educador e o profissional do AEE são atores fundamentais que criam possibilidades de intervenção e facilitam o processo de apropriação da aprendizagem do aluno, um sujeito que deve participar e integrar o contexto social, ou seja, integrar-se à sociedade como todo cidadão comum. Tal processo deve ter lugar na fase de estimulação no contexto infantil, contemplando a apropriação do ensino do sistema Braille interligado, no contexto da alfabetização à orientação e acompanhamento por parte do AEE. (CIBEC/MEC, 2010),

Já no início do processo de escolarização, um aluno vidente no espaço escolar reconhece objetos, cores, formas e a localização de sua escola, mostrando-se hábil para perceber o ambiente como um todo em que está inserido. O aluno que não enxerga possui um funcionamento outro, uma habilidade outra que demandará esforços específicos para perceber e dominar o ambiente que o circunda.

A estimulação precoce visa principalmente evitar ou superar atrasos decorrentes da perda da visão que ocorrem por meio de exploração de outros esquemas sensoriais sem ser exclusivamente a visão.

É o que ocorre com a apropriação do código Braille, ferramenta que descortina o mundo da escrita e da leitura. Para CIBEC/MEC (2010), o aluno tem total direito de ser alfabetizado na classe comum, porém, a tarefa de sua

alfabetização fica a cargo do professor da sala regular e ao profissional do AEE compete oferecer um suporte para a apropriação do sistema.

O sistema Braille tem como objetivo facilitar a alfabetização do aluno cego, porém, Coll (et al, 2004) mostram que diversos estudos realizados demonstram que a aprendizagem visual do Braille é mais fácil do que sua exploração por vias táteis. Ao começar o exercício da leitura, as crianças utilizam apenas um único dedo, voltando pela mesma linha para descer à seguinte, o que torna a atividade leitora mais lenta no processo de aquisição da leitura.

Quando inicia o aprendizado do Braille, auxiliar as crianças e a seus pais a construírem novas motivações e expectativas referentes à leitura é fator importante. Embora a leitura tátil seja mais lenta do que a visual, proporciona uma compreensão muito boa dos textos lido.

O exercício da escrita em Braille tem como meio mais fácil a máquina Perkins, que é constituída de seis teclas, que correspondem à posição espacial que ocupa cada célula Braille. A máquina, considerando que seu manejo é mais fácil, e que evita alguns problemas como de rotação das letras, é introduzida no início do processo, possibilitando uma leitura imediata do que o aluno cego está escrevendo (COLL et al, 2004).

O código Braille pode ser inserido nas tarefas cotidianas do aluno, como por exemplo, utilizar os sinais e símbolos nele contidos na ficha de identificação, na lancheira, nos brinquedos pedagógicos e demais apetrechos de uso do aluno.

O professor transcreverá e adaptará as atividades em sala para o sistema Braille com antecedência de modo a oportunizar ao aluno cego o acompanhamento das atividades realizadas em sala de aula com os demais de sua classe (CIBEC/MEC, 2010).

Outro aspecto a ser previsto no planejamento é a preparação dos demais alunos para a inclusão do aluno cego, ensinando aos professores e discentes o significado do sistema Braille. Cabe fazer a orientação da comunidade escolar da escola regular quanto aos aspectos que são relacionados à inclusão do aluno cego ou com baixa visão, pois nem sempre as pessoas têm informações adequadas e essenciais sobre a temática.

Os pais e responsáveis pelo aluno com deficiência visual serão orientados sobre como os profissionais do AEE trabalham com seus filhos, e como a escola procede na realização desse trabalho.

O sucesso e alcance dos objetivos planejados depende de acompanhamento aos alunos que necessitam e àqueles que não necessitam frequentar o atendimento em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados, como os que utilizam recursos ópticos e não ópticos, materiais ampliados ou confeccionados com texturas, entre outros.

A etapa escolar é considerada muito importante na vida do indivíduo deficiente visual, haja vista ser, muitas vezes, o primeiro contato com outras pessoas que não são de seu ciclo familiar. Além disso, torna-se sujeito participante, devendo ser corresponsável como indivíduo na construção de sua própria aprendizagem, além de ter grande oportunidade de desenvolver seu lado afetivo, relacionando com os pares, o que só é possível quando integrado socialmente.

Assim, é imprescindível integrar o aluno cego e de visão subnormal à escola para que tenha oportunidades de desenvolvimento, pois, “o ponto de vista intelectual, está perfeitamente integrado nas classes e não têm problemas para acompanhar os conteúdos normais do currículo do ensino comum (COLL et al, 2004, apud Fernández Dols et al, 1991). É papel da escola atender as especificidades dessas crianças, desenvolvendo outros canais sensoriais que substituem a visão, ou seja, possibilitar a exploração de outros sentidos significativos na construção de sua aprendizagem.

A intervenção educativa, a partir do Atendimento Educacional Especializado, pode ser de grande ajuda aos familiares e professores, que muitas vezes possuem certas dificuldades em lidar com esta criança. A deficiência visual e tampouco a cegueira total, por si mesmas, causam incapacidades no desenvolvimento psicológico, como algumas pessoas pensam. Todavia, se os pais, professores e educadores não compreenderem as formas particulares das quais as crianças cegas dispõem para a construção de seu desenvolvimento psicológico, então, um grave problema está instalado.

Desde tenra idade, pais atentos aos seus filhos, percebem indícios da dificuldade de enxergar e devem receber informações não só sobre as capacidades de seus filhos, como também sobre as vias alternativas que, na ausência da visão, são utilizadas para (re) conhecer o mundo. Brincadeiras, jogos especiais, e também, o conhecimento do código Braille são caminhos para que os pais adentrem no mundo da criança não vidente.

Coll (et al, 2004) afirmam que a integração escolar de crianças e adolescentes cegos não apresenta problemas significativos do ponto de vista da aprendizagem dos conteúdos escolares. Porém, é na etapa escolar, especificamente, na adolescência que é preciso refletir sobre se a deficiência visual pode acarretar dificuldades no desenvolvimento afetivo e social do aluno não vidente.

Alguns autores consideram que a adolescência pode ser uma época particularmente difícil para os não videntes, pois se trata de um período em que os meninos e as meninas se organizam em grupos ou turmas que se caracterizam, entre outras coisas, por sua homogeneidade em aspectos como a forma de vestir, os gestos e a linguagem, o que não implica necessariamente uma regra.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e explicativo, que tencionou apropriar-se, em estudo por intermédio de estudo de casos, do fenômeno, isto é, verificar e analisar fatores que interferem no processo de inclusão escolar e social de pessoas com deficiência visual.

Participaram da investigação três 3 estudantes com deficiência visual e três docentes que atuam na escola em que os alunos se encontram matriculados. Todos eles protagonizam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, em escolas inclusivas da rede pública de ensino.

O instrumento usado na coleta de dados foi um questionário aplicado nos dois grupos de sujeitos, que continha 10 perguntas abertas organizadas em torno de 4 eixos temáticos: **Fatores de eficiência do atendimento na turma de inclusão; Sistema Braille: acesso e importância no processo educativo; Avaliação do Atendimento Educacional Especializado – AEE, oferecido nas escolas regulares, Avaliação do Atendimento Educacional Especializado em escolas**

regulares.

RESULTADOS

Visando o melhor encadeamento e compreensão dos dados, optou-se por apresentar o que emergiu de mais significativo nas respostas dos estudantes, cotejando-as com as respostas dos docentes.

Os estudantes foram denominados A1, A2 e A3 e docentes P1, P2 e P3.

No primeiro eixo temático investigado, **Fatores de eficiência do atendimento na turma de inclusão**, a percepção dos alunos mostra que o apoio da escola, dos professores e dos colegas determina a eficiência do atendimento. Para além de qualquer metodologia, o processo de interação, quando positivo e construtivo, configura o cenário para o desenvolvimento em sala de aula, possivelmente auxiliando a compensar a deficiência. Parece que os estudantes, ainda que não explicitem diretamente, atribuem à dinâmica relacional e, portanto, à mediação do outro social a responsabilidade central pelo sucesso do processo educativo, sendo preponderante fonte de estímulo. Eis um recorte das falas:

“A boa vontade dos colegas e do professor em auxiliá-lo”.(A1) “A boa vontade dos professores e colegas de sala colaborando”.(A2)

Já os professores organizam suas percepções em torno de dois fatores que podem garantir a eficiência do processo de inclusão: (1) a responsabilidade social que envolve a sociedade política e civil; (2) a preparação adequada e a participação da comunidade acadêmica.

O primeiro fator sustenta que à sociedade política compete instaurar um sistema de ensino que permita o acesso, a permanência e o desenvolvimento do estudante com deficiência visual na escola. Pensar sobre um sistema de ensino com tais características significa antever a oferta de políticas públicas de educação e saúde que atinja a todos aqueles que protagonizam a situação de deficiência. Significa promover um modelo de atendimento que priorize a saúde (e não a doença) por meio de ações preventivas e curativas e acompanhamento sistemático, por um lado, e, por outro, a organização de um sistema educacional cujos princípios se baseiem na equidade de tratamento e diferenciação pedagógica no atendimento às diferenças.

À sociedade civil cabe pensar-se enquanto responsável pela educação de

todos e envidar esforços para promover o atendimento eficiente ao estudante com deficiência. É, pois, essencial a participação da comunidade em projetos educacionais, que incluam, de fato, o educando deficiente.

O segundo fator, perfeitamente acoplado ao primeiro, focaliza a importância da formação e capacitação de profissionais comprometidos com o ensino, principalmente no que tange o atendimento ao deficiente, conforme aponta P3:

“O sistema de ensino tem que oferecer condições que permitam o acesso, a permanência e o avanço do aluno com qualidade. A comunidade escolar (servidores, professores, pais e alunos) deverá desenvolver ações/projetos que atendam todos os alunos, pois uma escola inclusiva deve estar preparada e em constante capacitação para receber e trabalhar com cada aluno, dentro das suas especificidades”.(P3)

Há uma evidente carência de cooperação de todos que estão atuando como atores no cenário escolar, visto que estes deficientes precisarão de suporte não apenas em sala de aula, mas nos corredores, nos banheiros, no refeitório, etc. Isso é o que se espera de uma escola inclusiva.

Os professores asseveram que não adianta ter espaços físicos e materiais se não tiver pessoas engajadas e com olhares atentos e competentes para atuar com os deficientes:

P1 (sic) “O tratamento igualitário, a prontidão do professor em adaptar o conteúdo para que o aluno possa desfrutar da prática pedagógica”.

P2 (sic) “Para que o aluno seja eficiente e realmente ocorra a inclusão, é de suma importância que haja uma sensibilização e principalmente, compromisso”.

No segundo eixo temático, **Sistema Braille: acesso e importância no processo educativo**, os estudantes afirmaram que, quanto ao conhecimento do sistema, que a escola é o principal responsável pelo acesso a essa tecnologia ou modalidade de apoio, embora a família tenha também participação central:

“Sim, quando ingressei na escola” (A1)..

“Conheço desde o início de minha vida”.(A2)

Nota-se que a maioria dos estudantes tiveram acesso e conhecimento do sistema Braille na escola, espaço que, por enquanto, central para que os deficientes visuais se apropriem deste sistema. O que não gera estranheza, uma vez que para o mesmo ser usado e ensinado há que se ter formação específica para isso, o que, muitas vezes, impede ocorrência de seu uso em outros ambientes.

Os professores foram apresentados ao sistema por força da necessidade, seja para auxiliar na alfabetização de um membro da família, seja como capacitação para a prática docente:

“Sim, após ser funcionária da Secretaria de Educação”.(P3)

“Conheço. Fiz o curso para poder ajudar o meu filho que tem baixa visão. Hoje, sei que oriento muitas pessoas que necessitam, principalmente por serem Deficientes Visuais – DV”.(P2)

Além de estímulos ofertados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado buscaram o curso do sistema Braille, viabilizando uma oportunidade em ajudar os alunos da escola em que trabalham, além de uma professora que tem um filho deficiente visual.

Voltam-se aqui os olhares à formação continuada, pois, diante de um cenário educacional complexo como o brasileiro, precisa-se de indivíduos proativos, sejam professores ou não, cientes de seu papel como profissional engajado na escola, como testemunha P3: .

“Tive contato mais direto com o sistema Braille em 2007, quando um dos nossos alunos perdeu totalmente a visão aos 13 anos de idade”.(P3)

As repostas evidenciaram que é unânime ser a apresentação e a capacitação no sistema Braille uma prerrogativa da escola ou da situação de formação profissional (igualmente escola) que figura como o espaço que tem garantido acesso ao processo de letramento. Mesmo reconhecendo que há ONGs e instituições imbuídas de oferecer apoio a estas pessoas, o serviço oferecido pela escola é o mais demandado.

Há baixa oferta desses cursos à interessados, como a comunidade, pais, professores de escolas privadas e familiares de deficiente visuais em outros espaços distintos da escola, dificultando a preparação e o interesse em auxiliar pessoas em situação de deficiência.

São, assim, necessárias políticas públicas que divulguem e ofertem mais cursos como o Braille aos interessados, facilitando o conhecimento e a desmitificação do trabalho de letramento e apoio aos deficientes visuais, em busca de sua inserção na sociedade.

Tanto professores quanto estudantes afirmaram ser o sistema Braille

imprescindível ao desenvolvimento acadêmico da pessoa com deficiência visual e para o profissional que atua nessa área:

“Extremamente necessário porque aprende a ler e a escrever corretamente. Hoje, após o processo de inclusão, o acesso ao Braille é menor; antes era maior”.(A1)

“Uma forma de quebrar paradigmas, de acreditar que o impossível é para os que não acreditam”.(P3)

Questionados sobre alternativas ao Braille na promoção do letramento, na percepção dos estudantes, este é ainda o único meio de reconhecimento das letras do alfabeto e a criação de alternativas no campo pedagógico, como, por exemplo, os softwares de áudio, mostram-se prementes. Mas é importante reconhecer que nem todos os espaços estão adequadamente equipados para o uso do Braille, sendo ainda muito comum o acesso a ferramentas tecnológicas ser incipiente a depender das condições financeiras tão desiguais entre os demandantes desse serviço.

“Sem ele [o sistema Braille], a pessoa se torna analfabeto funcional. Não adianta o áudio, se ele não visualiza as letras”.(A1)

“Material em áudio, apoio de um leitor, software para DV - Deficientes Visuais”.(P1)

“Trabalhar de forma auditiva e com os outros sentidos”.(P2)

Garantir a aprendizagem do estudante com deficiência visual ou cegueira, se ocorrer a *falta do sistema Braille ou ainda se essa modalidade não oferecer bons resultados, é percebido como um grande desafio a que os professores se desejam superar e envidando esforços de modo organizado e consciente:*

“Na verdade, não é que ele não dá bons resultados. O aluno que nasce cego e perde a visão até o período de alfabetização, aqui no DF, vai para o Centro de Ensino de Deficientes Visuais (CEEDV - 612 sul), onde são estimulados, alfabetizados em Braille, aprendem a andar sozinhos (mobilidade e atividades de vida diária) e só então, são inclusos na série (ano) equivalente. Temos hoje, algumas tecnologias que facilitam o processo: MC Daisy, JAWLS, Dos Vox, entre outros. E o aluno com baixa visão tem a ampliação da fonte, caderno pauta dupla, tablet, gravador, etc. A capacitação dos professores, um bom Projeto Político Pedagógico - PPP e um trabalho onde todos da comunidade escolar participem, garante o sucesso de qualquer aluno, não apenas do aluno do ensino especial”.(P3)

Na concepção dos docentes, é preciso facilitar o acesso a recursos de uso auditivos e tecnológicos que são ferramentas de grande ajuda aos alunos cegos. Entretanto, cabe à escola e aos familiares propiciar meios que facilitem o acesso cognitivo e afetivo dos educandos em questão.

Considerando que, na atualidade, com o aparecimento da geração “Z”, que nasce conectada às novas tecnologias, o que pensam as políticas de inclusão quanto à apropriação dessas ferramentas, em prol do acesso ao letramento e à inclusão digital?

Se o acesso ao sistema Braille, criado há tanto tempo, ainda se constitui um problema, ainda não estaria faltando vontade política de oferecer, de fato, o melhor a esses sujeitos?

No terceiro Eixo Temático, **Avaliação do Atendimento Educacional Especializado – AEE, oferecido nas escolas regulares**, os respondentes, indistintamente, revelam que, ao lado do reconhecimento do quão imprescindível é o apoio ao processo de desenvolvimento do estudante por meio de tecnologias assistivas, está a insatisfação com a abrangência e qualidade do atendimento em curso:

“É muito aquém do esperado. É culpa do sistema. Os professores não são preparados e não têm recursos suficientes”.(A1)

“Algo fundamental e de extrema importância, já que em alguns casos é necessário um auxílio para que uma vida acadêmica melhore”.(A3)

“Foi um ganho valioso para o êxito do aluno. É claro que precisa ser aprimorado. Temos o espaço físico, porém faltam novos materiais, recursos tecnológicos, etc. Muitas vezes, cotizamos entre nós o material para atendermos a especificidade de cada aluno”. (P2)

O atendimento Educacional Especializado comparece como ação de suma importância, pois oferece suporte adequado para a aprendizagem, porém, insuficiente, haja vista não atenderem as necessidades, em função do despreparo docente.

De fato, a formação inicial docente não lhes garante condições de atuar junto a pessoas em situação de deficiência e, caso os docentes não se especializem e busquem avidamente estes conhecimentos, desenvolverão um atendimento precário.

O AEE ofertado no ensino regular é considerado essencial, todavia, urge aprimorar os recursos, tanto tecnológicos quanto didáticos acerca do Sistema Braille, a fim de facilitar a assimilação no processo de aprendizagem.

Quanto à aprendizagem que se realiza no processo de Atendimento

Educacional Especializado aos estudantes, os respondentes creem que a aprendizagem é fortemente favorecida pelo atendimento e gera uma relação de grande proximidade com o sistema:

“Eles melhoram muito a aprendizagem. Como o atendimento é individualizado, criamos estratégias específicas com cada aluno e repassamos para suas escolas. A parceria com suas escolas é a receita para os seus avanços pedagógicos. O nosso trabalho não é isolado, somos apenas um elo desta grande corrente chamada “Educação”.”(P9)

“Como algo benéfico que uma vez implantada é difícil desapegar do sistema”.”(A3)

Conforme o professor A3 sustenta, é preciso trabalhar com os alunos cegos ou com deficiência visual no AEE, considerando suas especificidades cognitivas, sociais e afetivas a fim de estabelecer uma ligação entre educação e sociedade. É um refinamento, uma personalização do trabalho que visa atingir o potencial dos alunos, de forma a atender sonhos e expectativas.

Também é necessário que os pais dos educandos os acompanhem no processo de inclusão nas escolas em que estão inseridos e que possam conhecer o sistema Braille, auxiliando-os, juntamente com os professores, no processo de apropriação da leitura e escrita.

Quando questionados sobre alternativas para melhorar as práticas do profissional no Atendimento Educacional Especializado, os participantes destacam a importância da participação governamental no que se refere a conscientização sobre o que é a deficiência e como tratá-la ou sobrepujá-la, assim como da implantação de disciplinas que auxiliem na compreensão do fenômeno e na proposição de métodos de ensino adaptados a ela nas instituições de ensino superior.

“Ser feito um trabalho de base na faculdade, com disciplina voltada para deficientes, e as entidades passarem mais informações”.”(A2)

“Uma maior ajuda governamental, para que consigam ter uma abordagem mais eficaz com os estudantes”.”(A3)

A investigação mostra que o atendimento, na perspectiva dos participantes, está aquém do desejado, uma vez que não são ofertadas nem informações e tampouco formação. E inserir pessoas com deficiência requer dar-lhes condições de acesso, pois não basta o espaço, há que se promover o cuidado e o aprimoramento dos que lidarão com este sujeito.

As políticas de inclusão no país permanecem ainda precárias, pois não atingem a população como deveriam. Falam da inclusão, mas não orientam e não

formam pessoas para agirem nessa direção. Nem em espaços formais, nem nos informais.

Certamente, para melhorar as práticas do profissional no Atendimento Educacional Especializado, é necessário:

“Mais cursos, materiais adaptados, mais acessibilidade”.(P1)

“Os cursos são essenciais. Braille, Sorobã, Dos Vox, Braille fácil, JAWLS. Não podemos deixar de que fique claro, que é necessário acreditar”.(P3)

É necessário oferecer um ensino metodologicamente adequado ao estudante, com a oferta de tecnologia assistiva, de fácil acesso e sem custos altos, aprimorando e completando a aprendizagem eficaz do alunado. Compreendendo inclusive com isso que ele terá reais possibilidades de avançar e se tornar um indivíduo capaz de ser autônomo e independente.

Conceber esse princípio torna a deficiência algo a ser visto como realmente é, algo a ser cuidado, mas com possibilidades de superação.

O quarto e último Eixo Temático, ***Principais dificuldades do processo de inclusão no ambiente educacional***, sob a ótica do estudante está no despreparo dos que não se inserem de forma direta na realidade do deficiente. Nem as empresas e seus proprietários, nem os que produzem os materiais de acessibilidade, conforme apontam:

A1 (sic) *“Falta de material. Não tem retorno em relação ao comércio de bengala, reglete, etc”.*

A3 (sic) *“Ainda continua sendo o preconceito, já que muitos acham que não sou capaz de executar certas funções”.*

O preconceito ainda é grande e está refletido principalmente na visível ausência de interesse por parte dos empresários no comércio de objetos necessários para auxiliar os deficientes. Além disso, ao considerá-los incapazes, denotam que, de fato, estão distantes da realidade.

Mesmo diante da existência de um conjunto de materiais importantes para o deslocamento e o acesso das pessoas a uma vida integrada, muitos ainda creem que o deficiente visual deva ser dependente de terceiros para se deslocar e mesmo para sobreviver, quando, se ele estiver bem equipado e puder se apropriar de informações e treinamentos, poderá assumir sua vida de forma integral.

Para os professores, a falta de recursos pedagógicos acessíveis e a resistência dos docentes em relação à inclusão do aluno deficiente em sala de aula ainda tem sido um obstáculo no que se refere à inclusão.

“A falta de recursos e profissionais que abracem a causa”. (P1)

“A alegação dos professores que não foram preparados para atuar com este “tipo de aluno” (palavras deles); a resistência de fazer alterações em suas práticas pedagógicas; e a falta de profissional especializado na área”. (P3)

A importância de uma formação continuada aos docentes é destacada para que aprendam mais sobre os deficientes e os incluam socialmente, em suas vidas profissionais e pessoais, sem preconceitos e sem obstáculos.

É interessante destacar a existência de docentes resistentes em aprimorar suas práticas pedagógicas, em oposição a alguns que buscam superar as barreiras e dificuldades de acesso à capacitação e ao conhecimento.

Quem perde é o sujeito em situação de deficiência, uma vez que se vê diante de expectativas frustradas e sem possibilidade de desenvolvimento.

O atendimento ao deficiente visual, em si, oferecido na rede educacional brasileira, para os estudantes, de um modo geral é considerado de precário a bom. Fortalecem a necessidade de maior preparação do professor para o atendimento no AEE e na classe regular de ensino e provimento de materiais básicos ao atendimento.

“O atendimento não é ruim. É o preparo que está ruim. Não estão preparados para receberem os alunos”. (A1) “Muito precário, pois são muitos deficientes para poucas pessoas trabalharem com eles, com poucos materiais e com poucas unidades, mas é necessário a continuidade, já que esse programa é essencial”. (A3)

Ao professores afirmam que o Distrito Federal, de um modo geral, é referência no Atendimento Educacional Especializado, apesar dos obstáculos no processo de inclusão, o que já é um ótimo começo para a inserção dos deficientes na escola e, conseqüentemente, na sociedade.

“Considero em processo de desenvolvimento como todo processo de inclusão. Acredito que tudo caminha para uma sociedade igualitária”. (P1)

“Apesar de precário, o Distrito Federal - DF encontra-se melhor que em muitos outros locais do Brasil”. (P2)

“Não posso falar pelos outros estados, mas quando nos encontramos em congresso, o Distrito Federal - DF com todas as dificuldades, ainda é referência em atendimento especializado”. (P3)

Considerações Finais

A pesquisa enveredou-se por meandros relevantes e oportunizou a construção de algumas compreensões importantes, permitindo responder ao objetivo proposto.

Assim, pode-se concluir que, atualmente, a busca por inserir as crianças em situação de deficiência em turmas regulares, tem denotado que há uma necessidade de melhor preparo do docente para o acolhimento e trabalho educativo junto a estes alunos, pois, quando não há material físico, mas há bom preparo docente, muito provavelmente este fará adaptações e ajustes visando oferecer acesso ao conhecimento aos deficientes visuais.

Analisar as dificuldades que os alunos deficientes visuais apresentam, mesmo com apoio adequado, já mostra que há muito a fazer e evoluir. Em se tratando de situações de inclusão em que a escola nem sempre está preparada e encontra-se muitas vezes sem as adaptações necessárias à sua aprendizagem, compreender as percepções de quem trabalha com a inclusão e de quem é alvo desse trabalho pode ampliar a discussão acerca do processo inclusivo, tanto escolar quanto social.

A preparação deficitária dos docentes tem sido temática das mais discutidas no cenário educacional e pode se dar por falta de uma base sólida na formação inicial e na possibilidade de formação continuada. Observou-se que os estudantes participantes descrevem que ainda percebem os docentes como despreparados e estes, por sua vez, endossam tal juízo e falam das poucas oportunidades de especialização a que são expostos, o que, como fator geral, deixa clara a formação como ainda incipiente

Lançando um olhar mais profundo sobre a escola brasileira, em um país com dimensões continentais, acredita-se que, de fato, há uma grande parte das escolas que não têm ainda professores preparados adequadamente e tampouco possuem estrutura física adequada, com as devidas adaptações e adequados recursos didáticos, essenciais para auxiliarem na educação de qualidade aos estudantes não videntes, tais como o código Braille, o Sorobã e o Assinador.

Os professores entrevistados estão imbuídos de desempenhar suas funções de forma eficiente, oferecendo subsídio ao desenvolvimento e à gradativa inserção do deficiente em nossa sociedade. No entanto, ainda são encontrados obstáculos no acesso à formação, e principalmente quanto aos materiais de apoio. Pelo menos observa-se que há mais profissionais tentando desenvolver um trabalho sério e comprometido com a inclusão.

Além disso, já não estão à mercê de uma falta total de apoio e nem são considerados desnecessários como no passado, quando a deficiência era vista como fator de exclusão e os que a tinham eram relegados a uma vida de dependência e sem muitas possibilidades.

Agradecimentos

Queremos agradecer a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão de nosso trabalho. A nossa querida orientadora, professora Sônia Amoroso, que foi extremamente educada para conosco e cuidadosa em cada detalhe, nos orientando e ensinando com muita dedicação; aos entrevistados (alunos e docentes do AEE), que foram receptivos em nossa pesquisa, contribuindo de forma essencial para o nosso trabalho; aos professores presentes na banca, que cederam seus tempos preciosos para contribuir com suas observações construtivas ao nosso trabalho, sejam elas críticas ou elogios; e às nossas famílias, pela paciência e compreensão nos nossos momentos de ausência, em prol de nossos estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS

CIBEC/MEC Inclusão: **Revista da Educação Especial** / Secretaria de Educação Especial. v. 5, n. 1 (jan/jul) - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5570_revistainclusao7&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 de setembro de 2015.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús. Colaboradores.

Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Tradução: Fátima Murad. 2ªed. S. Paulo-SP: Artimed, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Câmara de Educação Básica. Resolução nº. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes> Acesso em 13 de outubro de 2015.

COSTA, Renata. **Como Funciona o Sistema Braille? Nova Escola. Setembro 2009.** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/como-funciona-sistema-braille-496102.shtml>. Acesso em 26 de maio de 2015.

Fundação Dorina Nowill para Cegos. Disponível em: <http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/>. Acesso em 26 de maio de 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 29 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009352506122012255229285110.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2015.

LEITÃO, José Carlos, FERNANDES, Cleonice Terezinha. **Inclusão escolar de sujeitos com deficiência visual na rede regular de ensino brasileira: revisão sistemática.** Linhas Críticas, Brasília, DF. Volume 17, Número 33, p. 273-289, Maio/Agosto de 2011. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/5691/4706>. Acesso em 13 de setembro de 2015.

NUNES, Sylvia e LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **O Aluno Cego: Preconceitos e Potencialidades.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 55-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a06>. Acesso em 12 de abril de 2015.